



University of
Texas Libraries



e-revist@s



Centro Unversitário Santo Agostinho



revistafsa

www4.fsnet.com.br/revista

Rev. FSA, Teresina, v. 16, n. 6, art. 10, p. 190-207, nov./dez. 2019

ISSN Impresso: 1806-6356 ISSN Eletrônico: 2317-2983

<http://dx.doi.org/10.12819/2019.16.6.10>

DOAJ DIRECTORY OF
OPEN ACCESS
JOURNALS

WZB
Wissenschaftszentrum Berlin
für Sozialforschung



Breve Ensaio Sobre a Percepção do Ambiente na Narrativa de Antônio Vieira

A Brief Essay on the Perception of the Environment in the Narrative of Antonio Vieira

Milton Araújo Moura

Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporânea pela Universidade Federal da Bahia
Professor Titular de História na Universidade Federal da Bahia
E-mail: miltonmoura7@gmail.com

Endereço: Milton Araújo Moura

Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em História, Estrada de São Lázaro, 197 - Federação, CEP: 40210-730.Salvador, Bahia, Brasil,

Editor-Chefe: Dr. Tonny Kerley de Alencar Rodrigues

Artigo recebido em 30/08/2019. Última versão recebida em 11/10/2019. Aprovado em 12/10/2019.

Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review (avaliação cega por dois avaliadores da área).

Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação



RESUMO

O texto discute a importância da natureza na narrativa de representantes do Império Português nos primeiros séculos da colonização. Inicialmente, coloca em questão a delimitação da História Ambiental como restrita às construções contemporâneas, considerando que diversos cronistas da conquista e colonização se referem nitidamente à relevância dos fatores naturais num mundo percebido como espaço para a expansão e consolidação do Império e da Cristandade. Assim, o artigo passa em revista páginas bem conhecidas do século XVI e XVII sobre os desafios e oportunidades do mundo tropical. Por fim, detém-se nuclearmente em algumas expressões da obra do Padre Antônio Vieira, que apresenta descrições antológicas da natureza amazônica, num claro entrelaçamento da percepção do ambiental e do social.

Palavras-chave: Ambiente. Antônio Vieira. América portuguesa.

ABSTRACT

The paper discusses the importance of nature in the narrative of representatives of the Portuguese Empire in the early centuries of colonization. Initially, it puts in question the limits of environmental history as restricted to contemporary items, considering that several chroniclers of the conquest and colonization refer clearly to the relevance of natural factors in a world perceived as space for the expansion and consolidation of the Empire and Christianity. The article then reviews well-known pages from the 16th and 17th centuries regarding the challenges and opportunities of the tropical world. Finally, it focus on some expressions of the work of Father Antonio Vieira featuring anthological descriptions of nature in Amazonia and combining environmental and social perceptions.

Keywords: Environment. Antonio Vieira. Portuguese America.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo se debruça sobre a importância da natureza na narrativa de portugueses que participaram ativamente da obra de conquista e colonização. Visitando algumas descrições bem conhecidas dos séculos XVI e XVII acerca daquilo a que se chamou Novo Mundo, busca tecer uma reflexão sobre o ambiente como um quadro que, ao mesmo tempo que desafia o conquistador e colonizador, oferece oportunidades de alcançar riqueza, reconhecimento e glória. Colocados tais antecedentes, o núcleo da reflexão recai então sobre o tratamento conferido pelo Padre Antônio Vieira ao mundo natural, percebido como Criação, ao qual o português dedica páginas antológicas no seu barroco vigoroso. O artigo se detém sobre algumas delas, sobretudo a *Carta ao Padre Provincial do Brasil*, escrita provavelmente em 1654.

Antes de passar ao objeto propriamente dito do artigo, parece oportuno discutir o próprio estatuto que frequentemente se atribui à História Ambiental como desdobramento recente dos estudos históricos. Inicialmente, cabe remarcar que o delineamento dos contornos desta vertente da reflexão histórica é indissociável da percepção da gravidade e da magnitude do drama da degradação ambiental nos nossos dias e das perspectivas sombrias que se nos colocam, demandando de diversos tipos de sujeitos políticos uma atuação que se constitui como postura e/ou militância política. Assim, o nicho epistêmico – ou subdisciplina, como às vezes é referido – que vem sendo chamado de História Ambiental se reveste de uma conotação política inseparável de sua própria enunciação epistemológica.

Não seria de estranhar, assim, que parte considerável das menções à História Ambiental aconteça mesclada ou articulada aos domínios da Educação Ambiental e das Políticas Ambientais. É assim que a História Ambiental já nasce como tratado específico numa perspectiva interdisciplinar, militante e política. Um conceito que surge insistentemente na produção de pesquisadores da academia, de organizações não governamentais e outros coletivos é justamente o de consciência ambiental, apontando um viés nitidamente ético para a compreensão deste objeto de consideração.

Entretanto, não se constitui como uma novidade na historiografia apresentar a natureza como histórica. A importância dos recursos naturais é uma tônica em Fernando Braudel (1983), com ênfase sobre o que poderíamos interpretar como o poder dos mares e oceanos, bem como das distâncias e durações aí implicadas. Sua teoria das durações prioriza uma temporalidade lenta, tendencialmente imóvel aos nossos olhos contemporâneos, tão acostumados ao efêmero, e dificilmente permitiria compreender ações e reações da natureza.

Ora, as mudanças ambientais, sejam aquelas rapidamente operacionalizadas, sejam aquelas outras que só poderiam ser depreendidas na longa duração, mostram que os fatores ambientais também se mostram ativos – diríamos sujeitos? – na interação com os fatores antrópicos. Isto poderia ser tomado como mais um estímulo à complementaridade interdisciplinar na pesquisa sobre a interação entre ambiente e história.

Uma perspectiva inspiradora é oferecida por Milton Santos (2004), para quem a paisagem – conceito central no tratamento do ambiente em vários nichos disciplinares e interdisciplinares – seria o resultado da acumulação de tempos, convidando assim, de modo radical, a relativizar os contornos das disciplinas que se voltam para o estudo desta relação. Neste sentido, em grande medida devido ao influxo das pesquisas no âmbito da Antropologia, o conhecimento – poderíamos dizer sabedoria? – do manejo dos ambientes pelos povos tradicionais vem ocupar um lugar especial nessa reflexão.

Onde residiria, então, a especificidade da História Ambiental no contexto mais amplo da discussão sobre meio ambiente? Ora, a chamada questão ambiental veio à tona a partir do impacto de processos poluentes de grandes proporções e de impactos industriais extraordinariamente graves. Entretanto, as sociedades vêm enfrentando há séculos problemas de natureza (não somente) ambiental como estiagens, inundações, incêndios, terremotos e maremotos. E não só. Cada vez que representantes de uma sociedade se deparam com ambientes desconhecidos e se veem obrigados a lidar com rios, florestas, geleiras, regimes pluviais e diferenças acentuadas de temperatura, produzem-se respostas no sentido de ensaiar estratégias no sentido de encarar tais desafios. Estes processos estão registrados em fontes que desafiam a nossa criatividade de interpretação.

Em que poderia contribuir o historiador numa dinâmica de interdisciplinaridade e compromisso com a sustentabilidade, para uma Educação Ambiental? Uma das pistas da resposta a esta questão é justamente procurar compreender como, desde outras épocas, os desafios ambientais foram compreendidos e enfrentados. O que nos leva a perscrutar os modos como a natureza foi representada e manejada pelos diversos sujeitos históricos.

A historiografia brasileira mais recente vem progredindo consideravelmente neste sentido. Cabe aqui, como exemplo destas pesquisas, o trabalho de Gilmar Arruda (2008), que se debruça sobre as posturas dos governantes paranaenses do século XIX no que diz respeito aos rios. Para esses gestores, os rios eram empecilhos ao desenvolvimento, obrigando o governo a construir pontes, inclusive para as ferrovias. Em outro momento, os rios já são considerados fontes de energia, o que levaria, no final do século XX, à construção de grandes

barragens. O autor considera esse tipo de pesquisa fundamental para a assunção de responsabilidades políticas nos nossos dias.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Aos efeitos da presente reflexão, importa colocar o seguinte contraponto: se por um lado o drama da degradação ambiental se agravou e sua percepção se agudizou em termos do que amplamente se costuma chamar de questão ambiental, por outro lado parece pertinente perscrutar como o ambiente é percebido, narrado e analisado por agentes históricos de épocas anteriores à nossa. Não seria isto uma alternativa à priorização do drama atual. Antes, parece necessário compreender de que modos a relação com a natureza é colocada como um desafio há séculos. Aqui, toma-se como premissa que a complementaridade desses enfoques só vem contribuir para o desenvolvimento dos estudos históricos, em especial, no caso presente, da História Ambiental.

Pesquisas muito intrigantes, neste sentido, compõem a coletânea organizada por Edinéia Souza, Virgínia Barreto e Wellington Castellucci Júnior (2016), em que a atuação dos escravos, fugitivos e libertos têm sua atuação e protagonismo pautados na capacidade que construíram de conviver com os ecossistemas do Recôncavo Baiano Meridional, incluindo regiões praieiras e rios, tabuleiros e manguezais, terreiros e matas. Suas estratégias e desenvoltura no trânsito por esses distintos ambientes lhes permitiram garantir não somente a alimentação, como em alguns casos a prosperidade e a própria liberdade.

A leitura desses trabalhos, por sua vez, remete a uma retomada de temas já tradicionais da historiografia, como o estudo das epidemias na Europa, bem como dos quilombos no Brasil, dos palenques na Colômbia e dos *maroons* nas Antilhas. O drama central é o enfrentamento do desafio em que se constitui a natureza, muitas vezes desconhecida. Contamos com um número considerável de estudos nesta linha.

Para concluir estas considerações iniciais, caberia uma referência a autores que trataram do ambiente a ponto de serem reconhecidos como clássicos, sem a mínima utilização da expressão História Ambiental. É o caso de Braudel, citado acima como autor de um esquema relativamente rígido, em que se afirma um poder considerável do elemento natural. Pois bem, o próprio Braudel, nos textos da maturidade publicados em forma de crônica, já trata dos elementos da natureza de modo mais flexível, como um sujeito com quem as sociedades humanas precisam interagir, modificando-o e modificando-se:

La mer. Il faut essayer le l'imaginer, de la voir avec le regard d'un homme de jadis: comme une limite, une barrière étendue jusqu'à l'horizon, comme une immensité obsédante, omniprésente, merveilleuse, énigmatique. Jusqu'à hier, jusqu'à la vapeur dont les premiers records de vitesse semblent aujourd'hui dérisoires – neuf jours de traversée, en février 1852, entre Marseille et La Pirée –, la mer est restée immense [...] Depuis lors, la Méditerranée s'est rétrécie, chaque jour un peu plus, étrange peau de chagrin! Et de nos jours, l'avion la traverse, du nord au sud, en moins d'une heure (BRAUDEL, 1985, p. 47).

Quando se reporta a Veneza, um de seus temas favoritos, Braudel acentua o traço do cronista:

Alors, pour comprendre Venise, suffit-il de regarder la lagune du haut du campanile de Saint-Marc, ou d'un hélicoptère, ou même de la traverser avec le « vaporetto » qui gagne Chioggia, au sud-ouest? Ne faut-il pas flâner au ras de ses eaux, s'y égarer un peu? La lagune, ce sont les premières dimensions de la vie et de l'histoire de Venise: la lagune qui la protège, la lagune qui la pénètre du flot montant de sa marée et la balaie de son reflux,

la lagune, chemin du monde (BRAUDEL, 1986, p. 164).

Analista da geração seguinte, Emmanuel Le Roy Ladurie também enfatiza o fator natural na caracterização das sociedades. Nos capítulos iniciais de *O Carnaval de Romans* (2002), prepara a descrição e análise do Carnaval através de considerações minuciosas sobre a economia do Dauphiné, sendo que as condições meteorológicas assumem aí uma importância fundamental, porquanto as estiagens, inundações, nevascas, etc. são fatores de penúria que tensionavam as relações entre população, comerciantes e governantes. E mais: o Carnaval é chamado de “uma festa de inverno”, com tudo o que isto conota de condicionamentos e oportunidades. Na trama descrita nesse livro, a própria fuga dos camponeses, na noite da Terça Feira Gorda, é dificultada pela Lua Nova...

O mesmo autor, em *Montaillou*, trata da heresia dos cátaros no Languedoc de modo que as condições meteorológicas, o amanho da terra e o cuidado com os animais estão em íntima complementaridade com a vida familiar, religiosa e política da aldeia:

A divisão do trabalho segundo a idade e o sexo permite a execução dos trabalhos: o homem lavra, ceifa, colhe os rábanos; vai à caça e também pesca, porque as torrentes estão cheias de trutas: as florestas fervilham de esquilos e de galos silvestres. A criança mais crescida já guarda o rebanho paterno. A mulher encarrega-se da água, do lume, do quintal, da lenha e da cozinha. Apanha as couves, monda os cereais, ata as gavelas, conserta o crivo, lava as panelas na fonte, parte para as ceifas com um pão à cabeça [...] A exploração agrícola está centrada na casa, uma parte da qual, separada por uma divisória, é reservada à acomodação dos animais: carneiros não transumantes, bois, porcos, mulas amontoam-se aí no Inverno entre quatro paredes, junto aos quartos e à cozinha dos donos (LADURIE, 2008., p. 31).

Cerca de 700 a.C., Hesíodo já o havia ensaiado em *Os Trabalhos e os Dias*. Laturie removeu de seu texto os deuses e demais encantamentos, deixando o homem deparar-se mais cruamente com os desafios da natureza.

Após estas considerações, poder-se-ia perguntar se as nuclearidades do que se chama hoje História Ambiental já não viriam de muito antes que esta expressão alcançasse notoriedade, instalando-se na agenda das discussões políticas.

Na sequência, discute-se a narrativa de portugueses que estiveram na América nos primeiros séculos da colonização.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Os portugueses e o impacto da natureza da América

Sérgio Buarque de Holanda, em *Visão do Paraíso* (1959), estabelece uma comparação entre os olhares espanhol e português sobre o Novo Mundo. Conquistadores e colonizadores traziam e alimentavam representações e crenças que remontavam à Antiguidade. Parecia mais próximo o paraíso para aqueles que se lançavam ao mar em busca de terras por eles desconhecidas. Animais e plantas espetaculares, feitos prodigiosos e expectativas maravilhadas povoavam a imaginação daqueles homens. Os espanhóis e outros europeus a serviço de Castela e Aragão teriam carregado mais as tintas na descrição da natureza, como se pode ver nesta passagem do vicentino Antonio Pigafetta:

Vi muchas clases de pájaros, entre los cuales un que no tenía culo, otro que, cuando la hembra quiere poner un huevo, lo pone sobre la espalda del macho, y allí se incuban. No tienen pies, y viven siempre en el mar. Los de otra especie viven del estiércol de los demás pájaros, y les basta: así, vi tantas veces a los tales, a quienes llaman *cagassela*, correr atrás de los otros pájaros, hasta el momento en que éstos se ven en la precisión de echar fuera sus detritus; inmediatamente se apodera de el su perseguidor, y deja de perseguir. Vi aún, muchos peces que volaban, y muchos otros agrupados juntos, que parecían una isla (PIGAFETTA, 2010, p. 244-5).

Por sua vez, os portugueses teriam sido mais realistas, ou menos fantasiosos. É possível que Holanda tenha exagerado na distinção, assim como é possível que não tenha considerado suficientemente que o olhar lusitano não se dirigiu apenas à América, como também à África e ao Oriente. O próprio texto de *Os Lusíadas* está repleto de referências fantásticas. O Cabo da Boa Esperança, associado à figura do gigante Adamastor, constitui uma figura emblemática para expressar o que significava, para os coetâneos de Bartolomeu

Dias e Vasco da Gama, o terror daquela passagem, assim como configurar a glória de sua ultrapassagem. Venceram-se os monstros que espreitavam as caravelas; o Império e a Cristandade, em simbiose, chegavam às Índias!

Laura de Mello e Souza, em *O Diabo e a Terra de Santa Cruz* (1986), oferece um quadro abundante de episódios em que a dimensão mágica perpassa a vivência religiosa dos portugueses nascidos na Lusitânia ou na América, apontando uma circularidade entre elementos nativos, africanos e portugueses. Configurava-se, assim, uma religião em que o demoníaco – aquilo que não se compreende bem e não se controla – era pelo menos representado como não absurdo, e assim de certo modo administrado. A feitiçaria, assim, seria um elemento fundamental na civilização da América Portuguesa, e as representações da natureza integravam este complexo.

Espanhóis e portugueses, cada um a seu modo, compuseram uma narrativa sobre a natureza também para domesticar o próprio medo, o sentimento de impotência diante do ignoto e tenebroso. Tempestades e calmarias, verões rigorosos e vendavais, inundações e estiagens, feras e serpentes, sem esquecer os mosquitos que os espreitavam em toda parte, precisavam ser apropriados de modo a configurar a expansão da Península pelo Atlântico afora. Tal como faria José Saramago em *A Jangada de Pedra* (1988), o homem ibérico precisou explicar sua projeção para além dos contornos de suas praias nativas.

Caberia neste momento percorrer algumas descrições bem conhecidas dos cronistas dos primeiros séculos da colonização. Podem-se tomar, neste sentido, quatro descrições da Bahia, aos efeitos de facilitar o cotejamento. Vejamos.

Pero de Magalhães Gandavo, em *Tratado da Terra do Brasil*, escrito em torno de 1570, relaciona as águas à exploração e prosperidade. Na sua pena, a América parece benigna. Otimista, propõe a afluência mais numerosa de povoadores portugueses:

Esta Capitania tem huma bahia mui grande e fermosa, há três legoas de largo, e navega-se quinze por ella dentro, tem muitas ilhas de terra mui viçosas que dão infinito algodão; divide-se em muitas partes esta bahia: e tem muitos braços e enseadas dentro. Os moradores da terra todos se servem por ella com barcos per suas fazendas. Doze legoas desta bahia de Todos os Santos está hum Rio que se chama Tinharé, onde se recolhem muitas embarcações que passam pera as outras capitánias. Tres legoas por elle dentro está hum engenho dum Bastiam de Ponde, junto do qual estão muitas terras perdidas por falta de moradores, das quaes se conseguiria muito proveito se as povoassem. [...] Ao longo deste Rio há terras mui viçosas e muitas agoas pera se poderem fazer engenhos dassucre, as quaes tamem se perdem por não haver gente que as vá povoar. Tem dentro algumas ilhas de terras mui grossas e acomodadas pera se fazerem nelas muita fazenda. Nesse mesmo Rio há muito peixe em estremo, e junto dele muita infinita caça de porcos e veados. Aqui se pode fazer huma povoação, onde os homens vivão mui abastados e fação muitas fazendas (GANDAVO, 1980, p. 29-30).

Gabriel Soares de Souza, em *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, relaciona a nobreza militar do capitão donatário, a benignidade das terras e águas e a prosperidade inicial:

Quem quiser saber quem foi Francisco Pereira Coutinho, leia os livros da Índia, e sabê-lo-á; e verão seu grande valor e heroicos feitos dignos de diferente descanso do que teve na conquista do Brasil onde lhe coube por sorte a capitania da Bahia de Todos os Santos, de que lhe El-Rei D. João III fez mercê, da terra que há da Ponta do Padrão até o Rio de S. Francisco ao longo do mar, e para o sertão de toda a terra que couber na demarcação deste Estado, e lhe fez mercê da terra da Bahia com seus recôncavos (SOUZA, 1980, p. 36).

A natureza parece favorável, mais que os Tupinambás, que deram cabo do Capitão Francisco Pereira Coutinho. Era mesmo temível o Novo Mundo. Esse temor aparece mais mesclada à natureza na obra de Fernão Cardim, *Tratados da Terra e Gente do Brasil*:

Estes homens marinhos se chamão na língua Igpupiára; têm-lhe os naturaes tão grande medo que só de cuidarem nelle morrem muitos, e nenhum que o vê escapa; alguns morrerão já, e perguntando-lhes a causa, dizião que tinham visto este monstro; parecem-se com homens propriamente de bôa estatura, mas têm os olhos muito encovados. As fêmeas parecem mulheres, têm cabelos compridos, e são formosas; achão-se estes monstros nas barras dos rios doce [...] O modo que têm em matar he: abração-se com a pessoa tão fortemente beijando-a, e apertando-a comsigo que a deixão feita toda em pedaços, ficando inteira, e como a sentem morta dão alguns gemidos como de sentimento, e largando-a fogem (CARDIM, 1980, p.50).

Mais propriamente historiador parece o Frei Vicente do Salvador, com sua *História do Brasil*. Sua leitura levemente irônica relaciona o nome da colônia à natureza, ao tempo em que lamenta a vocação da terra para o pecado:

Como o demônio com o sinal da cruz perdeu todo o domínio que tinha sobre os homens, receando perder também o muito que tinha em os desta terra, trabalhou que se esquecesse o primeiro nome e lhe ficasse o de Brasil, por causa de um pau assim chamado de cor abrasada e vermelha com que tingem panos, do qual há muito, nesta terra, como que importava mais o nome de um pau com que tingem panos que o daquele divino pau, que deu tinta e virtude a todos os sacramentos da Igreja (SALVADOR, 1982, p. 57).

Nascido em Salvador, o Frei Vicente via a natureza a partir da colonização, tendo deixado páginas antológicas deste engenho de narrativa. Enquanto outros cronistas aproximam-se mais da mistificação e da exotização, o franciscano assim se refere às emas:

Além das aves que se criam em casa: galinhas, patos, pombos e perus, há no Brasil muitas galinhas bravas pelos matos, patos nas lagoas, pombas bravas e umas aves chamadas jacus, que na feição e grandeza são quase como perus. Há perdizes e rolas, mas as perdizes têm alguma diferença das de Portugal. Há águias do sertão, que criam nos montes altos, e emas tão grandes como as de África, umas brancas, outras

malhadas de negro que, sem voares de chão, com uma asa levantada ao alto ao modo de vela latina, correm com o vento como caravelas, e, contudo, as tomam os índios a cosso nas campinas (*Ibidem*, p. 73).

Os eclesiásticos queriam cristianizar não somente os índios, como a natureza do Novo Mundo. As esculturas e pinturas de alguns conventos franciscanos, sobretudo aquece que permanece no que hoje é a cidade de João Pessoa, ressaltam os frutos tropicais no contexto do triunfo da Cruz. Era uma tônica da espiritualidade franciscana converter o mundo a Jesus Cristo, e esse mundo incluía os diversos elementos da natureza. Marcos Antônio Almeida identificou o documento *Frutas do Brasil numa nova e ascética Monarchia*, escrito no início do século XVIII pelo Frei Antônio do Rosário, referindo-se a um reino onde o rei seria o abacaxi e a rainha, a cana-de-açúcar (ALMEIDA, 2005, p. 331). Ao tempo em que faz o elogio à terra que veio cristianizar, lança mão destas figuras como crítica ao pouco caso que Lisboa mostrava com relação ao Brasil. Assim, os problemas da América Portuguesa não residiriam na natureza, mas na política...

Não apenas portugueses e espanhóis deixaram registros preciosos sobre a percepção da natureza nos primeiros séculos da colonização. Durante a dominação neerlandesa em Pernambuco, três pintores se destacaram nesse sentido: Franz Post, Albert Eckhout e Zacharias Wagener, que estiveram no Recife entre 1637 e 1644, integrando a corte do Conde Maurício de Nassau, governador enviado pela Companhia das Índias Ocidentais (MAURER JÚNIOR, 2015). Os dois primeiros deixaram quadros em tela, enquanto o terceiro, menos conhecido entre os pesquisadores, produziu aquarelas e litogravuras. A obra dos três artistas retrata tanto a natureza tropical como a sociedade colonial ensaiada nessa porção tomada à América Portuguesa, com destaque para as frutas e os tipos humanos indígenas e mestiços. Como naquele período a pintura era especialmente apreciada e desenvolvida nos Países Baixos, esses artistas reuniam condições técnicas de registrar com rara acuidade, em suas telas, o mundo que se lhes descortinava sob o signo do exotismo. O mundo a ser conquistado precisava ser registrado, como se o próprio registro integrasse a dinâmica da sua dominação.

Após essa rápida digressão, aproximamos então a lente da obra do Padre Antônio Vieira, buscando enxergar aí sua compreensão da natureza como integrante do plano redentor de Deus, com a perfeição que manifesta enquanto Criação e os problemas que coloca diante do missionário na sua sanha de garantir ao mesmo tempo a integridade do Império e da Cristandade.

3.2 Natureza, Império e Missão em Vieira

Até algumas décadas atrás, a relevância do autor se atribuía preferentemente ao seu talento retórico, sobretudo aos *Sermões*. Os elogios que lhe fizeram Fernando Pessoa e José Saramago podem ser dados como indicadores da magnitude de sua figura. Recentemente, os olhares têm se voltado também para seu perfil político, uma vez que atuou em diversas missões no início da era Bragança, bem como se envolveu em inúmeras polêmicas ao longo de tantas décadas.

Vieira nasceu em Lisboa em 1608. Chegou à Bahia em 1614, aí ingressando na Companhia de Jesus e distinguindo-se como conhecedor dos clássicos, escritor, orador e professor. Com dezessete anos, escreve em 1625 o Relatório conhecido como *Carta Ânua*, enviado ao Padre Múcio Vitelleschi, superior geral dos jesuítas. Ao narrar aí a chegada dos neerlandeses a Salvador no ano anterior, acentua as condições naturais:

Abre esta costa do Brasil, em treze graus da parte do sul, uma boca ou barra de três léguas, a qual, alargando-se proporcionalmente para dentro, faz uma baía tão formosa, larga e capaz, por ser tal, deu o nome à cidade, chamada por antonomásia – Bahia (VIEIRA, 2002, p. 140).

O mar é magnífico e ambíguo, palco de disputas, em que se manifesta tanto a glória de Portugal como a vulnerabilidade do Império:

Com a luz do dia seguinte, apareceu a armada inimiga, que repartida em esquadras vinha entrando. Tocavam-se em todas as naus trombetas bastardas a som de guerra, que com o vermelho dos pavese vinham ao longe publicando sangue. Divisavam-se as bandeiras holandesas, flâmulas e estandartes que, ondeando das antenas e mastaréis mais altos, desciam até varrer o mar com tanta majestade e graça que, a quem se não temera, podiam fazer uma alegre e formosa vista. Nesta ordem se vieram chegando muito a seu salvo sem lho impedirem os fortes, porque, como o porto é tão largo, tinham lugar para se livrar dos tiros (*Ibidem*, p. 141-2).

Data de 1640, quando da restauração da monarquia portuguesa, uma de suas obras mais conhecidas: o *Sermão das Armas de Portugal contra as de Holanda*, em que se pode notar a força do seu estilo. Vieira discute e argumenta com o próprio Deus, alegando os créditos que Portugal tinha acumulado com a conquista e a colonização. Naquele período, sendo o Conde de Nassau governador de Pernambuco, uma nova investida contra a Bahia parecia iminente.

Abrasai, destruí, consumi-nos a todos; mas pode ser que algum dia queirais Espanhóis e Portugueses, e que os não acheis. Holanda vos dará os apostólicos conquistadores que levem pelo mundo os estandartes da Cruz: Holanda vos dará os

pregadores evangélicos que semeiam nas terras dos bárbaros a doutrina católica e a reguem com o próprio sangue: Holanda defenderá a verdade de vossos Sacramentos e a autoridade da Igreja Romana. Holanda edificará templos, Holanda edificará altares, Holanda consagrará sacerdotes e oferecerá o sacrifício de vosso Santíssimo Corpo: Holanda enfim vos servirá tão religiosamente como em Amsterdão, Midelburgo e Flissinga, e em todas as outras colônias daquele frio e alagado inferno, se está fazendo todos os dias (VIEIRA, 1959, p. 312).

Não é sem razão que Ronaldo Vainfas (2011) usa o epíteto “jesuíta do rei” para se referir a Vieira. No presente texto, importa ressaltar o seu testemunho como protagonista no período em que Portugal se reafirmava como Império. E é no decurso desta atuação que Vieira relaciona natureza e política. Já em 1944, afirmava a vocação que teria Portugal de se constituir como o Quinto Império prefigurado no Antigo Testamento. A isto dedicaria muitas páginas na sua *História do Futuro* (VIEIRA, 2005), obra da maturidade, quando estava no Maranhão. Percebe-se aí o influxo do sebastianismo que se vivia intensamente naquele século XVII, acalentado também pelos jesuítas. Este traço da predestinação lusitana em Vieira é sublinhado por João Francisco Marques (2004).

D. João IV manteve Vieira como conselheiro desde a chegada do jesuíta a Lisboa, em 1641. Diversas posições do sacerdote foram muito polêmicas. Na *Proposta feita a El-Rei D. João IV em que se lhe representava o miserável estado do reino e a necessidade que tinha de admitir os judeus mercadores que andavam por diversas partes da Europa pelo Padre Antônio Vieira* (VIEIRA, 2002, p. 259-278), escrita em 1643, propôs isentar de impostos o capital financeiro, boa parte em mãos de judeus, bem como formar um banco comercial e companhias de comércio, tal como acontecia em Inglaterra e Holanda, assim como a concessão de títulos de nobreza a plebeus que se destacavam no comércio. É possível que o mais polêmico de seus posicionamentos tenha sido a proposição de uma política de reintegração de portugueses cristãos novos expulsos nos últimos reinados da dinastia de Avis, e que agora movimentavam seus capitais nas praças daqueles países.

Na carta conhecida como *Papel que fez o Padre Antônio Vieira a favor da entrega de Pernambuco aos holandeses*, conhecido como *Papel Forte* (*Ibidem*, p. 309-368), chegou a propor a entrega dessa capitania à Companhia das Índias Ocidentais, alegando que Portugal não tinha como conservá-la, e que oportunamente se retomaria essa parte da colônia. O acúmulo destas posições lhe valeu a suspeição de não poucos eclesiásticos, inclusive aqueles ligados ao Tribunal do Santo Ofício, tanto dominicanos como jesuítas.

É possível que tal desgaste tenha sido decisivo na transferência para o Pará e Maranhão, em 1652, com superior da missão. O próprio prestígio junto ao rei não parece ter funcionado no sentido de evitar sua partida. É possível, por outro lado, que tanto os jesuítas como o rei

tenham preferido afastar Vieira das malhas da Inquisição. Volta assim à América, mantendo-se aí até 1661, protagonizando polêmicas acirradas com os colonos que insistiam em escravizar indígenas e burlar o fisco. Aos efeitos da construção deste texto, interessa especialmente esta permanência de Vieira na Amazônia, pois é quando escreve o texto aqui tomado como exemplar de sua consideração sobre a natureza. Trata-se da *Carta ao Padre Provincial do Brasil*, escrita em torno de 1654. A consideração da natureza em sua extensão, oportunidades e desafios aparece nitidamente aí, pelo que importa destacar esta fonte aos efeitos da reflexão a que se propõe o presente artigo.

E posto que o intento com que saímos do Maranhão foi a passar logo ao Gurupá, e entrar pelo Rio das Amazonas, a todos nos pareceu que, tendo esta entrada os fundamentos que a forma do Governador prometia, podíamos lançar os mais firmes alicerces de nossos intentos, que são fazer grande número de cristãos da nossa doutrina, e independentes de todo outro governo, para com eles penetrarmos os sertões, e levarmos a Cristo por toda esta imensidade de terras e mares, o que sem este primeiro fundamento será impossível (*Ibidem*, p. 241).

Pode-se ver o seu tom de indignação contra os colonos e governantes, civis e eclesiásticos no trecho seguinte:

Respondi ao Vigário Geral que nós não íamos às missões por ordem do Capitão-Mor, nem pelas confianças que fazia de nós, senão pelos poderes que nos dava El-Rei para isso, o qual ordenava a ele, não que nos mandasse, senão que nos desse tudo o que lhe pedíssemos. Que a emenda do regimento, para vir em forma, havia de dizer que na direção da jornada, e no tocante de trazer, ou deixar, ou pôr os índios em qualquer parte que quiséssemos, seguisse o capitão o que lhe dissessem os Padres, por mandar assim S. M. E persisti tanto neste empenho porque como esta missão é a primeira, e a que há de servir de exemplo às demais, convém muito que se não perca nada de jurisdição, e que os governadores não mandem sobre nós na disposição dos índios; porque seria o mesmo que cativá-los, por nosso meio, com maior deformidade que até, agora, e impedir-se totalmente a conversão dos gentios (*Ibidem*, p. 217-218).

A referida carta contém descrições antológicas do meio ambiente do rio Tocantins, que convém transcrever para que o leitor possa perceber como a pena barroca de Vieira elabora a fisiologia da natureza qual prodígio.

Nos meses de outubro e novembro, saem do mar e do rio do Pará grande quantidade de tartarugas que vêm criar nos areais de algumas ilhas, que pelo meio deste Tocantins são lançadas. O modo da criação é enterrarem os ovos, que cada uma põe em número de oitenta até cem, e cobertos com a mesma areia os deixam ao sol e à natureza, a qual, sem outra assistência ou benefício da mãe, os cria em espaço pouco mais ou menos de um mês. Destas covas saem para as ondas do mar por instinto da mesma natureza, a qual também os ensina a sair de noite, e não de dia, pela guerra que lhes fazem as aves de rapina, porque toda a que antes de amanhecer não alcançou o rio a levarão nas unhas (*Ibidem*, p. 222).

Também os jacarés são merecedores de sua crônica:

[...] esses crocodilos, que se criam de ovos como as aves e as tartarugas, o modo com que os chocam é pelos olhos. Fazem o ninho à borda da água e às vezes em parte onde a água lhes chega e os cobre, e logo o crocodilo está desde o rio com os olhos fitos nos ovos, e perseveram assim os dias necessários, sem se divertirem mais que por breve tempo a comer, como as aves. Desta maneira os fomentam com a vista, e lhes comunicam aquele calor vital com que os anima (*Ibidem*, p. 226).

É na descrição da vegetação adjacente às cachoeiras que o seu estilo barroco transborda em antíteses:

São estas árvores, por uma parte, tão fortes que basta fazer presa em uma pequena rama, para sustentar a canoa contra todo o peso da água, e, por outra parte, tão flexíveis que, se é necessário passar a canoa por cima dos ramos, e ainda das mesmas árvores abatidas, cedem e tornam a surgir sem querer: como nascem nas pedras e na água, parece que das pedras tomam o duro, e da água o flexível, e de ambas o remédio para vencer a mesma dificuldade que ambas causam (*Ibidem*, p. 231).

Vieira faz o elogio também da destreza dos índios na construção de canoas apropriadas a cada trecho da navegação. Sente-se responsável pela cristianização daquela região e está disposto a enfrentar o governador, o vigário geral e os colonos, que frequentemente se aproveitavam das distâncias do sertão para escravizar os nativos. Índios, animais e plantas perfaziam o mesmo mundo consagrado que teria que ser defendido e integrado ao Império e à Cristandade. As distâncias naturais eram sempre um desafio e as viagens, não raro penosas:

Ter vencido nesta viagem a Taboca é ter passado na Índia o Cabo da Boa Esperança, as não quis Deus que lográssemos este gosto, sem mistura de grande pesar e perplexidade, em que no primeiro destes dias nos vimos. Pelo que víamos obrar o Capitão, muitos dias havia que suspeitávamos que o Capitão-mor lhe tinha dado outra ordem, em contrário à última com que satisfez ou se livrou dos meus requerimentos (*Ibidem*, p. 233).

Em 1661, os colonos parecem ter sobrepujado os jesuítas, acusando-os de se posicionarem contra a prosperidade do reino. Voltam Vieira e os demais jesuítas dessa região a Portugal. Segundo Rafael Chambouleyron (2008), a missão do Pará e Maranhão tanto se dirigia aos indígenas quanto aos colonos portugueses. Os inicianos não alcançaram êxito em realizar tarefa tão difícil, pois os interesses associados às duas vertentes de sua presença mostraram-se inconciliáveis, inclusive no que dizia respeito aos elementos da natureza. Nas lonjuras rio acima, os colonos não se submetiam aos parâmetros oficiais do reino.

De volta a Lisboa, Vieira complicou-se com o Tribunal do Santo Ofício. Já não reinava D. João IV e nosso autor não mantinha com a regente, D. Luísa, e tampouco com o novo rei, D. Afonso VI, a mínima empatia. Esteve por um breve período em Roma, continuando sua carreira de orador multilíngue. De volta a Lisboa, quando ascendeu ao trono D. Pedro II, Vieira manteve com o monarca uma polêmica relacionada a seu sobrinho, Gonçalo Ravasco.

Em 1688, o Padre Geral Tyrso González o nomeia Visitador Geral da Companhia de Jesus no Brasil. Já não podia viajar nem contender, como tanto lhe agradava. Recolheu-se a Salvador, vindo a falecer em 1697, com 89 anos, cuidando das edições dos seus *Sermões*.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se o leitor se dispõe a colocar os escritos de Vieira sobre a América no contexto da discussão sobre o meio ambiente, que hoje se consolidou com as denominações História Ambiental, Questão Ambiental, Educação Ambiental, etc., possivelmente vai perceber aí elementos relevantes aos efeitos de estender a origem de tais discussões para aquém da segunda metade do século XX.

Em Vieira, a natureza é admirável e prodigiosa. É sobretudo desafiante, como aparece com particular intensidade nas longas descrições daquelas não menos longas viagens pelo Tocantins. Deixa margens de perigo e vulnerabilidade, como no caso da largura da Baía de Todos os Santos, que facilitou a entrada dos navios neerlandeses em 1624.

O ambiente surge tão belo quanto problemático, quando se trata de fluxos e distâncias, sejam de mares e rios, sejam de sertões e florestas. Torna-se mais dramática esta consideração se levamos em conta que, nos nossos dias, a cobiça de organizações e governos continua se estendendo vorazmente sobre rios e mares. Nesse sentido, as recentes tragédias ocorridas recentemente em Minas Gerais eram previsíveis e se nos descortinaram como uma morte anunciada.

A obra de Vieira coloca também a importância de pensar o meio ambiente como projeto. Este termo não integra o vocabulário barroco. Aí, seria correspondente a destino ou vocação, o que não é idêntico a projeto. Assim Vieira mantinha sua construção de sentido da história, correspondente ao Império e à Cristandade, tão imbricados e simbiotizados no caso de Portugal. E pensou o meio ambiente também em termos de governança. Foi justamente neste âmbito que se instalaram as polêmicas que tanto apreciava e que tanto lhe custaram,

assim como foi aí que manteve antagonismos irredutíveis, que terminaram por inviabilizar o êxito de sua missão.

Estas posturas do orador barroco não são isentas de contradições, evidentemente. O mesmo defensor dos indígenas, que os via como parte da natureza do Novo Mundo, não via problemas na importação de escravos africanos, pois sem Angola não haveria o Brasil, como afirmou mais de uma vez. Chegando ao final deste artigo, importa reter, da sua narrativa, a problematização que construiu da natureza. No século XXI, urge tanto como no XVII pensar a natureza como indissociável de um projeto histórico.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. A. Antônio do Rosário. Frutas do Brasil numa nova e ascética Monarquia, consagrada à Santíssima Senhora do Rosário. **Paris**: Nuevo Mundo, Mundos Nuevos, 2005, v. 1, p. 331.

ARRUDA, G. **A natureza dos rios: história, memória e territórios**. Curitiba: Editora da UFPR, 2008, v. 1.

BRAUDEL, F. La Mer. In: **La Méditerranée: l'espace et l'histoire**. Paris: Flammarion, 1985, pp. 47-80.

BRAUDEL, F. **O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II**. Santos. SP: Martins Fontes, 1983.

BRAUDEL, F. V. In: **La Méditerranée: les hommes et l'heritage**. Paris: Flammarion, 1986, pp. 157-102.

CARDIM, F. **Tratados da Terra e Gente do Brasil**. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1980.

CHAMBOULEYRON, R. Uma missão “tão encontrada dos interesses humanos”. Jesuítas e portugueses na Amazônia seiscentista. In: AZEVEDO, S. M.; RIBEIRO, V. C.. In: **Vieira – vida e palavra**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

GANDAVO, P. M. **Tratado da Terra do Brasil: História da Província de Santa Cruz**. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1980.

HOLANDA, S. B. **Visão do Paraíso**. Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: José Olympio, 1959.

LADURIE, E. L. R. **Montaillou**, Cátaros e católicos numa aldeia occitana – 1294-1324. Lisboa: Edições 70, 2008.

LADURIE, E. L. R. **O Carnaval de Romans**. Da Candelária à Quarta Feira de Cinzas, 1579-1580. Trad. Maria Lúcia A. Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.



MARQUES, J. F. (2004). A Utopia do *Quinto Império* em Vieira e nos pregadores da Restauração. *E-topia: Revista Electrónica de Estudos sobre a Utopia*, n. 2. <http://www.letras.up.pt/upi/utopiasportuguesas/e-topia/revista.htm>. Acesso em 13/07/2018.

MAURER JÚNIOR, Orides. **Ecoss do tempo**: uma viagem pela História. Joinville: Editora Letradágua, 2015.

PIGAFETTA, A. Antonio Pigafetta, Patricio Vicentino y Caballero de Rodas, Al Ilustrísimo y Excelentísimo Señor Filippo Villers Lisleadam, Íncrito Gran Maestre de Rodas u su observantísimo señor. In: **Cronistas de Indias**: Antología. Bogotá: Banco de la República/Biblioteca Luis Ángel Arango, 2010.

SALVADOR, F. V. **História do Brasil – 1500-1627**. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1982.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 5ª ed. São Paulo: Editora da USP, 2004.

SARAMAGO, J. **A Jangada de Pedra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SOUZA, E. M. O; BARRETO, V. Q; CASTELLUCCI JÚNIOR, W. **Entre veredas e arrabaldes**: escravos e libertos na comarca de Nazaré das Farinhas durante o oitocentos e no pós-abolição. Cruz das Almas/Belo Horizonte: Ed. UFRB/Fino Traço, 2016.

SOUZA, G. S. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1980.

SOUZA, L. M. **O Diabo na Terra de Santa Cruz**. Feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

VAINFAS, R. **Antônio Vieira**: jesuíta do rei. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

VIEIRA, A. Sermão pelo bom sucesso das Armas de Portugal contra as de Holanda, pregado na Igreja de Nossa Senhora da Ajuda na cidade da Baía, no ano de 1640, com o SS. Sacramento Exposto. In: **Obras Completas do Padre Antônio Vieira, Sermões**, v. V, tomos XIII, XIV e XV. Porto: Lello e Irmão Editores, 1959, p. 197-326.

VIEIRA, A. Carta ao Padre Provincial do Brasil. In: **Escritos Históricos e Políticos**. Alcir Pécora (Org.). São Paulo: Martins Fontes, p. 211-239, 2002.

VIEIRA, A. Carta ao Geral da Companhia de Jesus. In: **Escritos Históricos e Políticos**. Alcir Pécora (Org.). São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 133-195.

VIEIRA, A. Proposta feita a El-Rei D. João IV em que se lhe representava o miserável estado do reino e a necessidade que tinha de admitir os judeus mercadores que andavam por diversas parte da Europa pelo Padre Antônio Vieira. In: **Escritos Históricos e Políticos**. Alcir Pécora (Org.). São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 259-278.

VIEIRA, A. Papel que fez o Padre Antônio Vieira a favor da entrega de Pernambuco aos holandeses. **Escritos Históricos e Políticos**. Alcir Pécora (Org.). São Paulo: Martins Fontes, 2002, pp. 309-368.

VIEIRA, A. **História do Futuro**. José Carlos Brandi Aleixo (org.). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005.

Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:

MOURA, M. A. Breve Ensaio Sobre a Percepção do Ambiente na Narrativa de Antônio Vieira. **Rev. FSA**, Teresina, v.16, n. 6, art. 10, p. 190-207, nov./dez. 2019.

Contribuição dos Autores	M. A. Moura
1) concepção e planejamento.	X
2) análise e interpretação dos dados.	X
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.	X
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.	X